

A. I. N° - 926506-6/03
AUTUADO - ANA CRISTINA MESSIAS DA SILVA ALMEIDA
AUTUANTE - ALBA M DAVID
ORIGEM - IFMT/DAT-SUL
INTERNET - 05.11.03

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0428-03/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. MERCADORIAS EM TRÂNSITO SEM NOTA FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Infração caracterizada. Não acolhida a arguição de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 29/07/2003, exige ICMS de R\$934,65, e multa de 100%, em decorrência de operação ou prestação sem documento fiscal. Bebidas alcoólicas e biscoitos em trânsito, sem documentação fiscal.

O autuado ingressa com defesa, fls. 5/7 e pede a nulidade do Auto de Infração, pois o auditor não teria levado em consideração a nota fiscal de remessa para veículos que acompanhava as mercadorias, n°s 227 e 228. Ademais, que o lançamento não contém elementos concretos para se determinar, com segurança, a infração e o infrator, a teor do que dispõe o art. 18, inciso IV do RPAF/99. No mérito, diz que não estava sonhando o ICMS e contesta a base de cálculo encontrado pelo autuante. Também que não é verdadeira a afirmativa de que a empresa estava em situação irregular. Argumenta que não causou prejuízo ao Fisco, que havia notas fiscais e que ainda não deu ciência no Auto de Infração. Diz que o autuante não observou que o imposto estava totalmente pago, não lhe oferecendo a oportunidade de apresentar os documentos fiscais, e comprovação da regularidade fiscal. Pede a nulidade e anexa cópia das notas fiscais e do Auto de Infração.

Auditor fiscal designado, presta informação fiscal, fls. 16/17, e da leitura dos autos depreendeu que não assiste razão ao autuado. Aponta que a defesa alinha argumentos incoerentes, desvinculados da irregularidade que fundamentou a autuação, e anexa duas notas fiscais onde estão discriminadas mercadorias diversas das apreendidas, alegando que o imposto já teria sido pago. Opina pela procedência do Auto de Infração.

VOTO

Inicialmente verifico que o Auto de Infração foi lavrado em consonância com o disposto no art. 39 do RPAF/99 e encontra-se apto a surtir seus efeitos jurídicos e legais, não sendo pertinente a alegação de que houve vícios insanáveis em sua lavratura. Ademais, faz-se acompanhar do competente Termo de Apreensão e Ocorrências n° 102902, de fl. 02, que o fundamentou, tudo de acordo com o disposto no art. 28, IV e § 2º, do RPAF/99.

No mérito, o presente Auto de Infração foi lavrado no trânsito de mercadorias, em razão de terem sido encontradas mercadorias, especificamente bebidas alcoólicas e biscoitos, na cidade de Ubaitaba, no veículo F 4000 Ford, placa policial BWL 6342, desacompanhadas de documentação fiscal, conforme descrito no Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos de fl. 02. As

mercadorias objeto da apreensão ficaram sob a guarda e responsabilidade do autuado, empresa de comércio atacadista de gêneros alimentícios e bebidas, com estabelecimento na cidade de Itabuna-Bahia.

Conforme a descrição constante do Termo de Apreensão, as mercadorias, objeto da apreensão foram as seguintes:

- 48 caixas de conhaque Domus 1x 6
- 01 caixa de uísque Chanceler 1x12
- 03 caixas de uísques Cortezano 1x12
- 02 caixas de conhaque Presidente 1x6
- 02 caixas de champagne Champi 1x12
- 37 caixas de Aguardente de Cana Caninha 51, 1 x 12
- 10 caixas de Aguardente de Cana Cachaça do Barril
- 30 caixas de biscoito sequilho Toffy 30 x 120 gramas
- 17 caixas de biscoito sequilho Toffy 36x 35 gramas
- 46 pacotes de bala Erlan 900 gramas
- 19 caixas de bombom Erlan 350 gramas.

A defesa tentou elidir a infração apresentando as notas fiscais de remessa para vendas em veículos nºs 227 e 228, emitidas em 29/07/2003, mesma data da ação fiscal que ocorreu às 07:30 horas.

Contudo, este fato não possui o condão de descaracterizar a infração, haja vista que no momento da ação fiscal, as mercadorias encontravam-se desacompanhadas do competente documento fiscal, uma vez que o próprio motorista-vendedor, Sr. José Edvan O. Lima, assinou a declaração contida no Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos nº 102902, de fl. 02, reconhecendo o cometimento da irregularidade fiscal.

Sendo assim, de acordo com o art. 632, II do RICMS/97, o trânsito ou porte irregular de mercadoria não se corrige com a posterior emissão de documento fiscal, se a emissão ocorrer depois do início da ação fiscal.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **926506-6/03**, lavrado contra **ANA CRISTINA MESSIAS DA SILVA ALMEIDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$934, 65**, acrescido da multa de 100% , prevista no art. 42, VI, “a” da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais, homologando-se os valores recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de outubro de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR